

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RAISSA IANZEN EVANGELISTA

**PROJETO PSICOPEDAGÓGICO PRÓ-APRENDIZAGEM: INTERFACES DA
EXTENSÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

**PONTA GROSSA,
2021**

RAISSA IANZEN EVANGELISTA

PROJETO PSICOPEDAGÓGICO PRÓ-APRENDIZAGEM: INTERFACES DA
EXTENSÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para a obtenção de título
de graduação no Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientador (a): Profa. Dra Nelba Maria
Teixeira Pisacco

PONTA GROSSA
2021

RAISSA IANZEN EVANGELISTA

PROJETO PSICOPEDAGÓGICO PRÓ-APRENDIZAGEM: INTERFACES DA
EXTENSÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada para obtenção do título em
graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Licenciatura em
Pedagogia.

Ponta Grossa, 20 de abril de 2022.

Prof. Dr. Nelba Maria Teixeira Pisacco
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Elenice Foltran
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Maria Isabel Moura Nascimento
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico aos meus pais, familiares e pessoas especiais.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, que sempre foi meu o meu apoio nas horas difíceis durante a minha graduação.

Aos meus pais, Marcia e Marcelo, que sempre estiveram me apoiado e me ajudando durante essa caminhada, ao meu irmão Matheus, à minha avó Maria, que sempre me aconselha a não desistir e lutar por aquilo que acreditava e principalmente aos meus avós Valdevino (*in memoriam*), Tereza (*in memoriam*), Miguel (*in memoriam*) e tia Maricê (*in memoriam*), que sei que de onde estão me deram forças e acreditaram em mim e estão orgulhosos.

À Professora Doutora Nelba Maria Teixeira Pisacco, pelas contribuições de seus conhecimentos e sugestões durante a orientações desta monografia e nos quatro anos que fui extensionista do projeto Proa, que teve grande importância para a minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de turma, pelo apoio, incentivo, dedicação e aos quatro anos de convivência.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta o histórico e os fundamentos do Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (Proa), uma proposta de extensão universitária desenvolvida na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Teve por objetivo geral identificar as contribuições das atividades desenvolvidas no projeto Proa para a formação dos acadêmicos participantes. A Metodologia de Trabalho: trata-se de uma pesquisa exploratória que para coletas de dados solicitou informações junto Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX), realizou análise de documentos: propostas e relatórios do Proa submetidos à PROEX e arquivos de registros projeto; sintetizou informações das publicações desenvolvidas no projeto e aplicou u questionário semiestruturado aos acadêmicos participantes. A pesquisa evidenciou que o projeto Proa não figurou apenas como uma atividade complementar durante o curso de graduação, ela esteve na interface da construção dos conhecimentos no processo de formação acadêmica, pessoal e social dos estudantes extensionistas. Conclui-se que ações extensionistas como esta apresentam um grande potencial para a efetivação da curricularização da extensão.

Palavras chaves: Extensão Universitária. Curricularização. Formação na graduação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo do Proa – Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem 28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Projetos de extensão desenvolvidos na área da educação na UEPG em 2022.....22

QUADRO 2 - Participante do Grupo de Estudos do Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem35

QUADRO 3 -Trabalhos apresentados pelos extensionistas do projeto Proa...36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Cível
CEPPE	Consulta de Enfermagem no Pré-natal e Pós-parto
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária
FASPG	Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa
FENATA	Festival Nacional de Teatro
HUPG	Herbário da Universidade Estadual de Ponta Grossa
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LALUPE	Laboratório Lúdico Pedagógico
LAMEE	Liga Acadêmica de Medicina do Exercício e do Esporte
LATEM	Projeto Liga Acadêmica de Terapêutica Médica Aplicada
NASJEP	Núcleo de Assistência Social, Jurídica e de Estudos sobre a Pessoa Idosa
NEDDIJ-UEPG	Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude da Universidade Estadual de Ponta Grossa
PNE	Plano Nacional de Educação
NEPIA	Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a Infância e Adolescência
PROA	Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem
PROEX	Pró - Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
PROJUD	Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
THEMIS	Gênero, Justiça e Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	13
1.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UEPG	18
2 PROJETO PSICOPEDAGÓGICO PRÓ-APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	26
2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO PROA.....	29
2.2.1 Organização das estratégias de atendimento ao público-alvo do Proa ..	34
2.3 RESULTADOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROA	36
3 CONTRIBUIÇÕES DO PROA NA FORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL NA CONTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PELOS EXTNCIONISTAS: O PERCURSO DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS	45
3.1 COM A PALAVRA OS EXTENSIONISTAS DO PROA: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
Apêndice A	58

1 INTRODUÇÃO

As atividades extensionistas possibilitam à universidade exercer o seu papel perante as demandas sociais da comunidade e são parte importante da formação acadêmica de seus estudantes.

Este Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia aborda as práticas realizadas no Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (Proa), na Universidade Estadual de Ponta Grossa, e busca analisar as interfaces dessa proposta de extensão para construção do conhecimento de alunos da graduação. O projeto atende crianças e adolescentes em situação de risco ou de vulnerabilidade social, como forma de medida protetiva ou execução de medida socioeducativa, que possuem dificuldades na aprendizagem ou apresentam prejuízos na sua escolaridade.

Compreende-se como situação de risco na infância e adolescência a exposição a riscos psicossociais que possam comprometer seu desenvolvimento (POLETTI; KOLLER, 2008), como violência intrafamiliar, negligência, pobreza, falta de acesso à educação, saúde, entre outros. A exposição a fatores de risco potencializa a condição de vulnerabilidade, entendida como uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (BRUSEKE, 2006).

A população atendida é encaminhada ao Proa pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ponta Grossa (CEJUSC/PG). A equipe é formada por um professor/psicopedagogo coordenador, profissionais do CEJUSC e por acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras e Matemática e de Bacharelado em Direito.

O interesse em desenvolver o estudo apresentado nesta monografia surgiu no decorrer da experiência da autora como estagiária extensionista no projeto, que observou a construção de vínculos de aprendizagem de adolescentes em situação de risco a partir de suas identidades culturais e que, ao descobriu-se como mediadora no processo de aproximação com os aprendizes, constatou a importância da participação nesta atividade para a formação acadêmica da equipe executora. Desta forma, ao se questionar sobre

quais contribuições que a participação no Projeto Proa pode oferecer à formação acadêmica, profissional e humana dos graduandos, busca analisar o impacto de projetos de extensão no processo formativo, bem como visa contribuir para o registro das ações desenvolvidas na ação extensionista investigada, apontar aspectos que podem ser melhorados na sua proposta e apresentar reflexões úteis ao se pensar no processo de curricularização da extensão na instituição.

Tem-se por objetivo principal identificar as contribuições das atividades desenvolvidas no projeto Proa para a formação dos acadêmicos participantes. Os objetivos específicos são descrever o histórico da extensão universitária e das universidades no território brasileiro e apresentar os fundamentos teóricos metodológicos que subsidiam o projeto.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório que empregou como procedimentos para a coleta de dados: a análise documental das propostas e relatórios da primeira e da segunda edição do Proa protocolados na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROEX/UEPG); solicitação de informações junto à Chefia da Divisão de Projetos e Programas da PROEX/UEPG; análise de publicações com resultados do projeto; e aplicação de um questionário a dez acadêmicos que participaram como estagiários ou monitores extensionistas na equipe executora do projeto.

O presente trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado A universidade e a extensão universitária, aborda marcos históricos do surgimento das universidades e da extensão universitária no nosso país, e marcos da extensão universitária na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O segundo capítulo apresenta o Proa - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem, destacando os principais fundamentos teóricos que o subsidiam no desenvolvimento de suas ações extensionistas e os seus resultados.

O terceiro capítulo, que tem por título 'Contribuições do Proa na formação pessoal e profissional na construção do conhecimento pelos extensionistas: o percurso da pesquisa e seus resultados', aborda análise da pesquisa sobre o impacto das atividades desenvolvidas no projeto na formação dos acadêmicos dos extensionistas.

Para finalizar, apresentam-se as considerações finais e conclui-se que a pesquisa demonstrou que as atividades extensionistas, como o projeto Proa, são mais do que atividades de complementares para a formação acadêmica, elas

encontram-se na interface da construção do conhecimento no processo de formação.

1 A UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ser uma universidade extensionista é ter a responsabilidade sobre a construção do conhecimento de uma forma prática, com isso busca-se fazer uma articulação entre os aspectos políticos, sociais e culturais tanto para os acadêmicos e profissionais.
(SCHIMANSKI,2021 p.10).

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns marcos históricos do surgimento das universidades, da extensão universitária no nosso país e seus marcos na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1.1 MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DA INTERLOCUÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Há controvérsias sobre qual é a primeira universidade do Brasil. Enquanto a Universidade de Manaus, a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo afirmam ser as pioneiras, sem atender os critérios para serem assim consideradas, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundada em 19 de dezembro de 1912, mediante ao Decreto-Lei nº 9.323, ostenta o título reconhecido pelo Guines Book de 1995, que a reconhece a como a universidade mais antiga do País (UFPR, 2022) disponibilizando os cursos de Engenharia, Direito e Medicina.

Na sequência, no dia 07 de setembro de 1920, foi fundada a universidade no Rio de Janeiro, por meio do Decreto Nº 14.343, no qual relatava que

Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização.

Art. 2º A direcção da Universidade será confiada ao presidente do Conselho Superior do Ensino, na qualidade de reitor, e ao Conselho Universitário, com as atribuições previstas no respectivo regulamento. (BRASIL,1920, apud BRASIL, 2022).

Com isso houve a junção da Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito, tendo como alicerce um ensino voltado à pesquisa. Posteriormente em meados de 1931, foi admitido o Estatuto da Universidades

Brasileiras no qual foi concedido que a universidade deveria ser de um âmbito público, sendo assim, amparada de forma federal, estadual ou municipal e deveria enquadrar os seguintes cursos: Ciências, Direito, Engenharia, Letras e Medicina (SOUZA, 2019 apud OLIVEN,2002).

Ao longo desse processo as universidades tinham como intenção formar professores especialistas, no qual fariam parte do processo educativo de crianças, adolescentes e jovens, desta maneira dando ênfase na educação básica (OLIVEN,2002). Em seguida em 1934 surgiu a primeira universidade no Estado de São Paulo pelo Decreto Nº 6.283/34 que informava:

Art. 1º –Fica creada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2º – São fins da Universidade:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (BRASIL,1934).

Em 1930, foi criada a Universidade do Distrito Federal por Anísio Teixeira, tendo grande ênfase na área da pesquisa sendo assim um lugar, para atividades científicas livres da produção cultural desinteressada. Isso significa que o aluno poderia estudar/ pesquisar aquilo que era do seu interesse e que fazia parte da sua realidade cultural e social (ALMEIDA, 1989, p.195 apud Souza, 2019). Em virtude desses acontecimentos não houve um grande apoio dos governantes da época e foi interrompido a utilização da Universidade do Distrito Federal.

Logo após, em 1939, segundo o Decreto Nº 1.190 foi sancionado na Universidade do Brasil, o primeiro curso de Pedagogia, iniciou-se um modelo de licenciatura conhecido como “3 + 1”, em que eram dedicados três anos às disciplinas da Pedagogia, os conhecidos “Fundamentos da Educação” e um ano do curso de Didática, para a formação do licenciado” (TANURI, 2000 apud Souza, 2019).

A cerca de 1940, as universidades brasileiras começaram a ser frequentadas por mulheres que já haviam cursado magistério, até então eram proibidas de fazê-lo, para que dessem início suas carreiras profissionais, “foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade

para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130). Em 1946, segundo o Decreto Nº 8.681, foi construída no Rio de Janeiro a primeira universidade católica nomeada de Pontifícia Universidade Católica.

Com o decorrer do tempo, as universidades passaram a atuar em três frentes: ensino, pesquisa e extensão. O ensino se relaciona como o que a universidade vai desenvolver para acadêmico em seu processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa e o educar pela “[...]pesquisa promove a (re)construção do conhecimento e aprendizados que superam a reprodução de informações” (FREIBERGER e BERBEL, 2010), portanto a pesquisa vem a ser uma fundamentação para a construção do conhecimento. A extensão vem a ser um modo que o acadêmico coloque em prática o que está aprendendo e pesquisando em prol da comunidade acadêmica. Busca-se, continuamente, a articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Em 1961, entrou em vigor a Lei Nº 4.024, nomeada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, na qual se configurou como a primeira lei brasileira em prol da educação (SOUZA,2019). Com isso, a educação superior manteve seus objetivos voltados ao ensino e à pesquisa.

Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 67. O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional.

Art. 68. Os diplomas expedidos pelas universidades ou pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais ou reconhecidos serão válidos em todo o território nacional. (BRASIL,1961)

Três anos após essa, em 1964, ocorreu o golpe militar, na qual os integrantes das forças armadas e do exército brasileiro tomaram ilegalmente a posse do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. À vista disso, tinham como intuito derrubar o governo da época para terem o controle, infringindo o princípio mais importante da democracia: o voto. Nesse contexto político, as Universidades foram criados mecanismos de controle das universidades:

Em 1966, foi promulgado o Decreto-Lei 1966, que definiu as regras para a estruturação das universidades federais. Vetava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; determinava a unidade entre ensino e pesquisa; obrigava à concentração do ensino e da pesquisa básicos, de modo a formar um sistema comum para toda a universidade. Obrigava também à criação de uma unidade voltada para a formação de

professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro ou departamento) de Educação (CUNHA, 2000, p. 179).

Posteriormente, em 1968, foi reconhecida a Lei Nº 5540/68 - Lei da Reforma Universitária, que desejava ampliar as tecnologias nas universidades e a sua infraestrutura. “Estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o regime integral de ensino, a dedicação exclusiva dos professores e a valorização do profissional da educação por título e produção científica” (SOUZA,2019).

No mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 5.540, com o objetivo de priorizar a pesquisa e a ciência e, com isso, promover serviços como cursos e serviços comunitários especiais (FORPROEX, 2007 p.11; MEDEIROS, 2017 p. 2). Após todos esses eventos, a presença de movimentos estudantis começou a crescer, indicando que mais mudanças na educação, nas finanças públicas e na sociedade estão ocorrendo a cada dia (SOUZA,2019).

A medida que os movimentos estudantis tinham cada vez mais destaque em meio a sociedade, houve a concepção do Decreto Nº 62.937/68, na qual declarava a flexibilização da forma de ensino, assim sendo a criação de Grupos de Trabalhos com professores, pesquisadores e estudantes para encontrar maneiras para as melhorias do ensino superior. Portanto o Relatório do Grupo de Trabalho vem argumentar sobre o crescimento das universidades brasileiras em um fator estrutural, mas não de uma forma intelectual para seus alunos e propor um sistema “[...]departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO,2006), porém não houve aceitação da parte do Presidente da República.

No ano de 1975, foi divulgado o Plano de Trabalho da Extensão Universitária com o objetivo de estimular a pesquisa e a ciência dentro das universidades. Este plano tem,

[...] um papel fundamental no processo histórico da construção da Extensão Universitária no Brasil, porque através dela o MEC conseguiu, mesmo diante de uma conjuntura de repressão, garantir a competência de preconizar como o trabalho extensionista deveria ser realizado pelas Universidades. Isso significa criar uma linha política de atuação e a partir dela, construir novos espaços para que novos atores sociais se colocassem em cena, no caso as próprias Universidades (MEDEIROS,2017, p.3).

Em virtude de todos esses acontecimentos, em 1980, foi constatada a diferenciação entre universidades para pesquisa e universidades para ensino segundo GERES - Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior. Depois de alguns anos, em 1996, foi sancionada a Lei Nº 9.394 na Lei de Diretrizes e Bases Nacional a qual afirma que a manutenção das universidades públicas deve ser mantida pelo poder econômico do país.

A cerca de 1997, o Conselho Federal de Educação criou várias regras para regulamentar o desenvolvimento da grande demanda do ensino superior no Brasil, entretanto as universidades públicas e privadas não tinham uma estrutura física e econômica para englobar essa grande demanda. Por todos esses contrapontos entrou em sessão a Lei Nº 9.394/96 da Lei de Diretrizes e Bases Nacional a qual diz a respeito:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, LEI Nº 9.394/96, 1997).

Em 2001, foi aprovada a Lei Nº 10.172, no qual impôs nove vetos aos subitens do Plano, dos quais cinco eram atinentes à educação superior. “O governo não estava disposto a incrementar os recursos para a educação superior no país.” (AGUIAR, 2010 p. 722). A Curricularização da Extensão Universitária começou a ser evidenciada no PNE - Plano Nacional de Educação

2001-2010 na qual, teve como objetivo a melhoria da educação brasileira, tendo como ênfase a extensão universitária nas metas 21 e 23 na qual relatam a exigência, de pelo menos 10% (dez por cento) na grade curricular acadêmica que necessitaria ser composta por práticas extensionistas.

Desde os anos 60, a Extensão Universitária avançou muito e agora, com o PNE, temos mais uma oportunidade de avançar ainda mais. Em nossos debates, no Instituto Paulo Freire e em outros espaços, verificamos que muitos estudantes e professores fazem com dedicação atividades de extensão. Entretanto, essas iniciativas, muitas vezes, são pouco reconhecidas. O debate no interior da universidade sobre o papel da extensão tornou-se, hoje, ainda mais premente, no momento em que o PNE nos convoca a curricularizá-la. Precisamos responder à pergunta: que extensão queremos para construir a universidade que sonhamos. Qual é nosso projeto de extensão? (GADOTTI,2017, p 9).

No dia 26 de julho de 2014, foi aprovado no Congresso Nacional o PNE 2014-2024, que, em sua meta 12, tem como objetivo o aumento das matrículas realizadas no ensino superior das universidades em 50% (cinquenta por cento), dando ênfase nas universidades públicas, sendo de 40% (quarenta por cento) de matrículas entre jovens de 18 a 24 anos. Utilizando como estratégias, assegurar:

No mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País. (PNE,2014).

Iniciaria um movimento contínuo de afirmar a extensão universitária como um dos alicerces das universidades, por profissionais de ensino, acadêmicos e a comunidade, reconhecendo sua importância atingindo assim na formação do acadêmico, tanto no âmbito técnico-científico, quanto como um sujeito que modifica a sociedade ao seu redor e da universidade que alcança a comunidade através dos projetos/ programas e ajudá-la ou até mesmo transformá-la.

1.2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UEPG

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), fundada em 6 de novembro de 1969, pelo Governo do estado do Paraná, pela Lei Nº 6.034 e o

Decreto Nº 18.111, a partir da junção de diferentes faculdades existentes à época: de Filosofia, Ciências Letras e Farmácia; de Odontologia; de Direito; de Ciências Econômicas e Administração (UEPG, 2022). Sendo reconhecida como uma das maiores instituições de ensino superior do estado.

Para abordar a extensão na UEPG, tomam-se como fontes o livro 'UEPG: Cinco décadas de extensão', (UEPG-PROEX, 2021), publicado em 2021 pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX), e as informações disponíveis no site da PROEX (UEPG/PROEX, 2022).

A extensão universitária na Universidade Estadual de Ponta Grossa, desde a primeira ação extensionista em 1971, tem o intuito de estabelecer um diálogo ativo entre universidade e sociedade:

A Extensão universitária busca, acima de tudo, o desenvolvimento de diálogos permanentes da universidade com os setores da sociedade. Falar de extensão pressupõe, sobremaneira, criar iniciativas que expressem compromisso social e enfrentamento de problemas sociais com uma atuação direta e com fito no desenvolvimento humano e social (SCHIMANSKI,2021 p.10).

De acordo com os documentos e relatórios apresentados pela PROEX, em 1973, deu-se início a um dos primeiros projetos de extensão na UEPG, o Grupo de Teatro Universitário e o Festival Nacional do Teatro Amador (FENATA). Posteriormente, em 1974, iniciou o projeto de extensão Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC), no distrito de Itaiacoca em Ponta Grossa, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de projetos interligados. Assim, ressaltando a participação interdisciplinar e multidisciplinar dos cursos de Odontologia, Serviço Social, Farmácia e Educação, deste modo beneficiando as comunidades atingidas para a melhoria na qualidade de vida. Suas atividades foram desenvolvidas até o ano de 1987, fazendo parte de várias famílias e sociedades.

Alguns anos após em 1977 foi criado o projeto de extensão Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, no qual ampara mulheres contra discriminação no sistema de justiça, dando assim orientações as mesmas quando os seus direitos forem violados, atualmente o projeto é o Pró-Egresso, que auxilia a reintegração de indivíduos que estiveram em situação de condenação penal (PROEX/UEPG, 2011). No mesmo ano iniciou o projeto Univos - Unidade Volante de Serviço Social, no qual

tinha por objetivo, além de oferecer estágio a acadêmicos de diversos cursos, criar as condições necessárias para desencadear a ação comunitária, desenvolvendo ações que visavam minimizar o desnivelamento de oportunidades existentes entre o meio urbano e o meio rural. (VARGAS, 2021, p 31).

Em meados de 1981, iniciou o Pró-Tibagi, projeto para o desenvolvimento da cidade de Tibagi, com a intenção de criar cinquenta Associações de Pais e Mestres e duzentos e cinquenta escolas em projetos que envolvem a agropecuária, visando a alimentação de crianças nas escolas em dezessete municípios em torno de Tibagi. E dando sequência nesse projeto foi criado o projeto Pró - Comunidade Projeto de Ação Comunitária para a Região de Influência Geo educacional da UEPG. (VARGAS, 2021, p.31)

Esses projetos tiveram grande atuação e marcaram o início da extensão na UEPG, junto às novas propostas que foram surgindo nas cinco décadas de extensão da universitária na instituição, contribuíram para afirmar que é:

[...] a extensão universidade que une as diversas faces da universidade e a coloca a serviço das grandes causas do momento. Extensão é, assim, força social, atualidade, transformação, comprometimento, acesso a bens culturais, garantia de direitos, manutenção de saberes e vitalidade (SANCHES NETO,2021 p. 9).

No dia 08 de dezembro de 2009, com a Resolução da CEPE N° 235 foi aprovado o regulamento das atividades e programas e projetos de extensão universitária da UEPG. Mencionando como objetivos:

I - realimentar e/ou avaliar o ensino e a pesquisa, contribuindo para a reflexão crítica de concepções e práticas curriculares e para a sistematização do conhecimento produzido;

II - dinamizar o exercício profissional concreto, em função das exigências da realidade, indispensável na formação do cidadão;

III - participar no processo de desenvolvimento da sociedade, de forma dinâmica e qualitativa, buscando caminhos alternativos que atendam aos interesses e necessidades das comunidades. (UEPG/CEPE,2009).

Segundo esse documento, são consideradas atividades de extensão as ações extensionistas propostas em eventos, cursos, prestações de serviço e projetos, ou em programas que integram diversas dessas ações. Um programa reúne um conjunto articulado de projetos e outras ações extensionistas em torno a uma temática de modo mais abrangente, enquanto os projetos podem ou não compor um programa e tem objetivo mais específico e período de execução determinado.

Todas as atividades de extensão devem ser devidamente registradas na PROEX, com supervisão e coordenação de professores da instituição. Em relação à participação dos acadêmicos em projetos ou programas de extensão, o estudante deve estar matriculado na instituição de ensino, deste modo sendo uma atividade adicional ao seu processo de ensino - aprendizagem. Segundo essa Resolução é designado ao Coordenador:

I - buscar a articulação do Programa e/ou Projeto de Extensão com outras atividades desenvolvidas na comunidade interna e externa;

II - elaborar a proposta do Programa e/ou Projeto de Extensão, bem como acompanhar e avaliar sua execução;

III - anexar à proposta as cartas de aceite do(s) Supervisor(es) envolvidos no Programa e/ou Projeto de Extensão;

IV - encaminhar relatório parcial ao final de cada ano letivo, se o Programa e/ou Projeto de Extensão exceder a 01 (um) ano de duração;

V - encaminhar o relatório final do Programa e/ou Projeto de Extensão, nos termos previstos nesta Resolução, até 30 (trinta) dias após o seu término;

VI - informar, à PROEX/DEU, após aprovação da proposta, as alterações ocorridas (cancelamento, mudança de equipe, alteração de cargas horárias, locais de atuação, cronograma e outras);

VII - divulgar resultados (parciais e/ou finais) do Programa e/ou Projeto de Extensão em eventos e/ou publicações acadêmicas. (UEPG/CEPE,2009).

Enquanto ao Supervisor é designado assessorar o Coordenador no que será desenvolvido, conduzir e supervisionar as atividades realizadas pela comunidade e pelos acadêmicos/ estagiários, auxiliar na produção de relatórios e validar resultados em eventos e publicações acadêmicas (UEPG/CEPE,2009).

Atualmente, de acordo com dados obtidos junto a PROEX/UEPG, são desenvolvidos 210 (duzentos e dez) projetos de extensão na instituição, no contexto de programas ou de forma independente, englobando diferentes áreas do conhecimento. Na área temática da educação são desenvolvidos 65 (sessenta e cinco) projetos, que são propostos por diferentes departamentos, conforme apresenta-se distribuído no Quadro 1.

QUADRO 1: Projetos de extensão desenvolvidos na área da educação na UEPG em 2022

(continua)

	Projeto de extensão	Departamento
1	EaD-Um Espaço de Aproximação com a comunidade através da Aprendizagem Virtual	Administração
2	Oficinas teórico práticas do grupo INTERARC - interação entre arte e ciência em atividades de extensão	Artes
3	Laboratório de Recursos Didáticos em Ciências Morfológicas	Biologia Estrutural, Molecular e Genética
4	Visitando a Biologia da UEPG	Biologia Geral
5	Conhecendo o funcionamento do corpo humano.	
6	Solo e Meio Ambiente na Escola	
7	Educação financeira pessoal e familiar	Contabilidade
8	Educação Semiótica em Perspectivas Interdisciplinares e Interculturais	Educação
9	Jornal da UATI	
10	Grupo de estudos sobre processos de aprendizagem	
11	LALUPE - Laboratório Lúdico Pedagógico	
12	Estudos sobre processos de aprendizagem e a inclusão educacional e social	
13	O mundo colorido pela contação de histórias	
14	Proa – Projeto Psicopedagógico Pró – Aprendizagem	
15	Núcleo de Educação da Paz - NEP/UEPG	Educação Física
16	Jogos Estudantis da Primavera em Ponta Grossa - PR: história, memória, esportes e sociedade	
17	Liga dos Alimentos	Engenharia de Alimentos
18	Segurança de alimentos	
19	Projeto Despertando para a Ciência	
20	Segurança de Alimentos	
21	Projeto Despertando para a Ciência	
22	Projeto de Interação das Engenharias e Zootecnia com o Ensino Médio – PROENZEM	Engenharia de Materiais

Fonte: Dados obtidos com a Divisão de Programas e Projetos de Extensão Pró-Reitoria de Extensão/UEPG (2022).

QUADRO 1: Projetos de extensão desenvolvidos na área da educação na UEPG em 2022.

(continuação)

	Projeto de extensão	Departamento
23	Projeto de Extensão "Ajudando o Adolescente Aprendiz a se Comunicar Melhor"	Estudos da Linguagem
24	Contando e encantando com o Bando da Leitura	
25	Práticas Sociais Comunicativas de Língua Portuguesa e Espanhola	
26	Formação Reflexiva de Professores de Língua Estrangeira 2ª edição	
27	Visibilidades e Perspectivas - Literaturas de Autoria de Mulheres e Crítica Feminista	
28	A inserção do espanhol e do inglês nas escolas públicas de Ponta Grossa: Uma parceria possível	
29	Saberes outros: Estudos e ações indígenas	
30	Formação continuada e inicial de docentes de língua portuguesa - Base Nacional Comum Curricular	
31	Educação das Relações Étnico-raciais: formação docente e interação cultural	
32	Sensibilização à língua francesa: ensino e aprendizagem diversificados na escola e no cinema	
33	Laboratório Integrado de Letramentos Acadêmico-Científicos – LILA	
34	Internacionalização, interculturalidade e identidade: questões de currículo e linguagem	
35	Letramento Racial Crítico na formação docente, em materiais didáticos e em sala de aula	
36	Práticas de leitura crítica	
37	Visibilidades & Perspectivas - Literaturas de Autoria de Mulheres e Crítica Feminista	
38	Nas teias de Ananse: biblioteca de narrativas afro-indígenas brasileiras e africanas na escola	
39	Comunidades virtuais de aprendizagem	Física
40	Física-da Universidade à Comunidade	
41	Núcleo Extensionista Rondon - NER-UEPG	
42	Geodiversidade na Educação	Geociências
43	Instalação do museu de ciências naturais da UEPG	

Fonte: Dados obtidos com a Divisão de Programas e Projetos de Extensão Pró-Reitoria de Extensão/UEPG (2022).

QUADRO 1: Projetos de extensão desenvolvidos na área da educação na UEPG em 2022.

(continuação)

	Projeto de extensão	Departamento
44	Cine Diversidade	História
45	Catálogo, Organização e Divulgação de Documentação Histórica com enfoque de Gênero	
46	Lixo eletrônico: descarte sustentável 5ª edição	Informática
47	Olimpíadas de Matemática: promovendo a inclusão social e ajudando a mudar o cenário da educação	Matemática e Estatística
48	Formação do professor e pesquisador em Educação Matemática: desafios e perspectivas	
49	Projeto Alan Turing	
50	Matemática para a Comunidade	
51	Matemática tira-dúvidas para Migrantes e Refugiados	Odontologia
52	NÓS NA REDE: Contribuições da odontologia para a educação, prevenção e manutenção da saúde	
53	O Estágio Curricular na formação docente: tecendo diálogos entre a Universidade e as escolas de Educação Infantil	Pedagogia
54	A dimensão didática no trabalho docente: as relações entre ensinar, aprender, pesquisar e avaliar	
55	A criança e seu fazer lúdico-pedagógico no espaço da casa	
56	As Crianças, a Educação infantil e as práticas pedagógicas: entre o pensar e o fazer.	
57	Laboratório Multidisciplinar de Ensino do Curso de Pedagogia - LAMPE	
58	Competências Midiáticas na Cultura Digital: educar para um mundo em transição	
59	Educação dialógica e problematizadora em espaços escolares e não escolares: práticas pedagógicas fundamentadas em Paulo Freire	
60	Reciprocidade entre universidade e escola: a inserção de acadêmicos do primeiro ano do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Contexto Escolar da Educação Infantil	Química
61	Conscientização Ambiental - O lixo que vira sabão	
62	Pesquisa e Competitividade para a ordenação territorial do turismo	Turismo

Fonte: Dados obtidos com a Divisão de Programas e Projetos de Extensão Pró-Reitoria de Extensão/UEPG (2022).

QUADRO 1: Projetos de extensão desenvolvidos na área da educação na UEPG em 2022.
(conclusão)

	Projeto de extensão	Departamento
63	Arte, música e movimento no cotidiano da escola de tempo integral	Diretor/CAIC
64	O jornal na sala de aula	Diretor/CAIC
65	Techné: socialização da Ead como formação e política pública	Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância/NUTEAD

Fonte: Dados obtidos com a Divisão de Programas e Projetos de Extensão Pró-Reitoria de Extensão/UEPG (2022).

Constata-se que os projetos da área da educação se relacionam a diferentes temáticas e têm relação com outras áreas do conhecimento. Observa-se que em conjunto os departamentos de Educação e Pedagogia, órgãos mais envolvidos com o curso de Licenciatura em Pedagogia, propõem 15 projetos, embora diversos projetos articulem diversos departamentos e até áreas do conhecimento distintas.

Para analisar a contribuição da extensão na construção de conhecimentos elegemos o projeto Proa, apresentado no próximo capítulo.

2 PROJETO PSICOPEDAGÓGICO PRÓ-APRENDIZAGEM: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS

Ao ensino, é proposto o conceito de sala de aula que vai além do tradicional espaço físico, compreendendo todos os demais, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática (MARTINS, 2008, p.203).

Este capítulo tem por objetivo apresentar o Proa, Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem, destacar os principais pressupostos teóricos que o subsidiam, apresentar sua metodologia e os resultados atingidos no desenvolvimento de suas ações extensionistas, no período de 2016 a 2019.

Utilizaram-se como principais referências para descrever o Proa as propostas do projeto e os relatórios apresentados à PROEX/UEPG, as publicações decorrentes do projeto em eventos e em um capítulo publicado em livro.

O Proa iniciou sua trajetória na UEPG, em 2016, numa parceria do Laboratório Lúdico Pedagógico (Lalupe) com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ponta Grossa (CEJUSC/PG), sob à coordenação da Professora Doutora Nelba Maria Teixeira Pisacco. A Figura 1 apresenta a logo do projeto.

Figura 1: Logo do Proa – Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem



Fonte: Acervo do Proa Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem

Uma curiosidade a seu respeito está na origem do seu nome:

O nome surgiu de um conjunto de palavras, ou parte delas, que se relacionam à sua identidade: da própria palavra proa (parte da frente do barco que aponta para a direção a seguir); do verbo aproar (pôr a proa no rumo certo); de pró-aprendizagem (referente ao propósito com o qual foi criado); de proatividade (busca de comportamento de antecipação e responsabilidade de escolhas); e de proativo (alguém que age frente aos desafios) (PISACCO, FOLTRAN e JÚNIOR, 2021 p.75).

A proposta extensionista apresenta como propósito principal melhorar a aprendizagem de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, na qual se inclui a coação dos direitos de aprendizagem perante a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da LDB (BRASIL, 1996), que prevê a garantia deste direito. Sempre visando,

[...] sua relação com os adolescentes, uma busca da construção da autonomia dos aprendizes, o projeto busca não apenas a emancipação desses sujeitos, como também, em paralelo uma relação horizontal, contribuindo para a autonomia, reconstrução de suas identidades e vindo a reconstruir a interrelação com suas concepções pessoais e educacionais (CUNHA; NEVES; PISACCO, 2017. p.9).

O público-alvo do Proa são crianças em medidas protetivas e adolescentes em medidas protetivas ou socioeducativas, encaminhados para a Vara de Infância e da Juventude ou Promotoria da Infância e Juventude, que são selecionados pelo CEJUSC por terem prejuízos na aprendizagem ou em seu percurso escolar. Que são encaminhadas por este órgão para uma avaliação psicopedagógica e desenvolvimento de uma proposta de intervenção psicopedagógica de acordo com dificuldades, para melhorar sua aprendizagem e propor alternativas ao seu acesso e permanência no âmbito escolar, como alternativa de medida executiva ou preventiva (PISACCO, 2016).

Os propósitos do projeto são apresentados seguindo duas vertentes. Por um lado, direcionado às crianças e aos adolescentes, seu o objetivo geral é proporcionar a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes em medidas preventivas e adolescentes em medidas socioeducativas que apresentam baixo desempenho escolar por meio da interlocução/integração da psicopedagogia e justiça restaurativa. Noutra vertente, direcionada à formação acadêmica e profissional dos estudantes da UEPG, especialmente, de Pedagogia e de outras licenciaturas, o objetivo geral é “[...]contribuir na

perspectiva de educação inclusiva, garantia de direitos à educação e inclusão social por meio da participação em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão” (PISACCO, 2016).

Os objetivos específicos também são apresentados em duas vertentes relacionadas: a comunidade e aos acadêmicos. No que diz respeito à comunidade, propõem-se:

- a) Realizar a avaliação psicopedagógica preliminar das crianças e adolescentes encaminhados pelo CEJUSC para identificar o desempenho nas áreas de leitura, escrita e matemática e prováveis fatores intervenientes no baixo desempenho escolar.
- b) Elaborar e desenvolver propostas de atividades interventivas tendo em vista a melhoria de aprendizagem dos participantes e orientar, quando necessário, demais encaminhamentos;
- c) Oportunizar a participação durante, aproximadamente, quatro meses em encontros de uma a duas vezes por semana;
- d) Efetuar reuniões bimestrais de planejamento e avaliação entre profissionais e estagiários da UEPG e do CEJUSC, e/ou com responsáveis legais, quando se fizer necessário. (PISACCO, 2016).

No que se diz a respeito aos acadêmicos, tem como objetivos:

- e) Contribuir com a formação profissional, humana e social dos acadêmicos envolvidos na proposta, por meio da participação em atividades que integram pedagogia/psicopedagogia e da justiça restaurativa como meio de promoção social e de garantia do direito à educação;
- f) Aprimorar os conteúdos vistos em sala de aula relacionados à aprendizagem, às dificuldades de aprendizagem, ao fracasso escolar, à inclusão educacional e social, às políticas públicas, à avaliação e intervenção pedagógica frente o baixo desempenho acadêmico;
- g) Oportunizar aos acadêmicos o contato com a proposição de práticas educativas como medidas protetivas e socioeducativas, com supervisão de profissionais habilitados em psicopedagogia e em justiça restaurativa. (PISACCO, 2016).

Observa-se que os objetivos estabelecidos estão de acordo com as legislações e propostas da extensão na esfera nacional e da própria instituição, que, ao buscar desenvolver estratégias para atender uma demanda social emergente, enriquece a formação profissional de seus estudantes.

Para atender os objetivos propostos, o projeto propõe a interlocução da psicopedagogia e da justiça restaurativa como meio de promover a melhoria da aprendizagem de crianças, pré-adolescentes e adolescentes em medidas preventivas e adolescentes em medidas socioeducativas, do município de Ponta Grossa, que apresentam baixo desempenho escolar (PISACCO, 2016), cujos fundamentos principais discorre-se a seguir.

2.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO PROA

A Psicopedagogia busca entender os processos que ocorrem para que um indivíduo aprenda, se desenvolva a partir da construção dos conhecimentos, desta forma tem como objetivo trabalhar com os processos de aprendizagem dando ênfase nas dificuldades de aprendizagem apresentadas e assim encontrar maneiras para supri-las, tornando o processo de ensino - aprendizagem mais satisfatório (Neves, 1991).

A Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta a realidade internas e externas da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais procurando estudar a construção do conhecimento em toda sua complexidade, procurando colocar em pé de qualidade os aspectos cognitivos, afetivos, sociais que lhe são implícitos (NEVES, 1991 apud BOSSA,2007, p.21).

A Justiça restaurativa é um método de soluções de conflitos e violência onde a profanação do vínculo de dois indivíduos: ofensor e vítima. A justiça restaurativa considera como:

[...] justiça identificar as necessidades e obrigações oriundas dessa violação e do trauma causado e que deve ser restaurado; oportunizar e encorajar as pessoas envolvidas a dialogarem e a chegarem a um acordo, como sujeitos centrais do processo, sendo a justiça avaliada segundo sua capacidade de fazer com que as responsabilidades pelo cometimento do delito sejam assumidas, as necessidades oriundas da ofensa sejam satisfatoriamente atendidas e a cura, ou seja, um resultado individual e socialmente terapêutico seja alcançado (PINTO, 2008, p.3).

As práticas restaurativas constituem em procedimentos atividades proativas que podem colaborar para a prevenção e restauração, de a responsabilização das relações (NUNES,2018).

Ao trabalhar com indivíduos em situação de vulnerabilidade, busca-se assegurar que a inclusão escolar é um direito negado a muitos, tendo em vista que as crianças e adolescentes precisam e devem ter sua permanência e o ensino em sala garantidos. Para isso, reconhecer o aluno e colocá-lo como centro da sua aprendizagem necessita-se levar em consideração as suas vivências, sua bagagem social e o contexto que o rodeia.

Para compreender o desenvolvimento humano é preciso, não somente olhar para o indivíduo e as suas capacidades perceptuais, motoras ou cognitivas, mas também, as interações sociais que estabelecem em diferentes contextos (família, escola, instituições,

sociedade), ao longo da sua vida. Significando analisar as influências múltiplas dos diferentes ambientes em ser humano convive, seja de forma direta ou indireta (POLETTTO; KOLLER, 2008, p 410).

Os pressupostos teóricos e metodológicos do Proa, a partir da psicopedagogia e das práticas restaurativas, aliam-se a fundamentos da perspectiva biológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (MARTINS; SZYMANSKI, 2004; POLETTTO; KOLLER, 2008); da mediação da aprendizagem de Feuerstein (MEIER; GARCIA, 2011) e da teoria dos vínculos de Enrique Pichon-Rivière (TELES, 2019).

O Psicólogo Urie Bronfenbrenner, desenvolveu a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, publicada nos anos 70 e revista em 2004. Martins e Szymanski (2004), Poletto e Koller (2004; 2008) são algumas das autoras brasileiras que escrevem e dialogam com a teoria e que foram utilizadas como referência neste estudo.

Tem-se que a Teoria Ecológica ou Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proporciona analisar e entender um indivíduo em desenvolvimento em torno dos diferentes contextos em que está presente, sendo que os objetos e as teias de interação influenciam no desenvolvimento humano em determinado tempo. Desta forma, estes aspectos podem ser promotores do desenvolvimento ou configurarem-se como fatores de risco a ele.

A teoria é composta por núcleos que a compõe, concebidos como elementos multidirecionais e interligados, sendo eles: pessoa, processo, tempo e contexto, que se relacionam entre si simultaneamente. através da interação sinérgica. O processo compreende as interações mútuas entre indivíduos e com o ambiente. Para que isso ocorra é necessário que o indivíduo esteja comprometido em determinada atividade de forma rotineira por um período de tempo com símbolos e objetos de forma mútua entre outros indivíduos, com isso despertando a exploração a manipulação e a imaginação. “O processo possui uma ecologia que é formada por: pessoa em desenvolvimento, contextos ambientais mais ou menos remotos, tempo em que os processos proximais ocorrem” (EVANGELISTA; CUNHA; PISACCO, 2019).

O segundo núcleo abordado é a pessoa que realiza uma função nos processos proximais. A convivência com outro indivíduo aborda as curiosidades para começar a realizar outra atividade sozinho ou em conjunto com outra pessoa. Deste modo, toma iniciativa para responder às iniciativas dos outros,

assim apresentando objetivos diferentes por um longo período de tempo para ser realizado. E as degenerativas que retardam e atrasam a realização da atividade como: autorregulação pobre, que consiste em impulsividade, Odistrabilidade, dificuldade para adiar gratificação.

O terceiro núcleo é o contexto

[..] apresenta a interação e a ligação entre quatro níveis ambientais: microssistema, mesossistema, ecossistema e macrosistema. O padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados pela pessoa em um dado ambiente, microssistema, que interfere mais diretamente sobre os processos proximais, que são formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente que operam ao longo do tempo. (EVANGELISTA; CUNHA; PISACCO; 2019 p. 5).

O quarto núcleo a ser abordado é o tempo, que se relata às transformações e continuidade que ocorreram ao longo da vida, influenciando o grau de estabilidade do sistema, como mudanças universais, eventos de vida, acontecimentos históricos, Influências transgeracionais mudanças na sociedade, em políticas públicas e na família, afetando as gerações mais jovens (POLETTI; KOLLER, 2008).

Em síntese, conforme destacam os autores supracitados, o modelo proposto por Bronfenbrenner oferece uma base teórico-metodológica para analisar de forma integrada “aspectos protetivos e de risco para o desenvolvimento humano em contextos ecológicos diversos, tais como a família, a instituição e a escola [...] e os relaciona à promoção de resiliência” (POLETTI; KOLLER,2008, p.1).

Situações de risco tais como baixa escolaridade e baixo status social dos pais, ou ausência de uma rede de apoio social e afetiva, podem ser apontadas como eventos negativos no desenvolvimento de crianças e jovens. Tais condições, no entanto, associadas à autopercepção de uma qualidade de vida precária, sem esperanças de superação e de possibilidade de alcançar níveis de bem-estar subjetivo, podem agravar as condições básicas de acionar processos de resiliência e superar as condições de vulnerabilidade.

Ao realizar análises sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é importante levar em consideração as características dos contextos dos quais essas crianças participam direta ou indiretamente, e as relações que estabelecem nesses ambientes. Além disso, deve-se entender em que momento desenvolvimental esta criança ou adolescente está, e quais são suas características individuais, para verificar suas fragilidades e potencialidades (POLETTI; KOLLER, 2008, p. 8).

Para contribuir efetivamente para a superação das fragilidades e promover o desenvolvimento, necessita-se levar em consideração que a

efetividade das propostas dependerá da qualidade e existência de relações emocionais e sociais, da presença de afetividade e da reciprocidade que tais ambientes propiciarem.

Nessa perspectiva, busca-se embasamento para as ações e a mediação da aprendizagem realizadas no Proa na obra de Reuven Feuerstein, que durante seus estudos fundou o ICELP - Centro Internacional para Melhoria do Potencial de Aprendizagem em Jerusalém, Israel.

A Experiência de Atividade Mediada (EAM), na qual o enfoque é a partir do posicionamento de outro ser humano em relação ao objeto de conhecimento, na qual interpreta e expande os objetos, na perspectiva de não dissociar os aspectos cognitivos e afetivos. Segundo Teles (2019), difere da aprendizagem pela qual o aprendiz interage diretamente com o objeto de conhecimento, sem necessariamente ter um mediador, na figura de um ser humano, voltado para a mediação. Segundo Meier e Garcia (2011) a mediação

é necessária para o desenvolvimento das funções cognitivas do sujeito, entretanto, tão importante quanto beneficiar-se das ações mediadas provenientes do mediador, o sujeito precisa também desenvolver sua própria autonomia na busca da aprendizagem da construção do conhecimento de forma independente. O processo de aprender a aprender depende desse desenvolvimento, dessa autonomia na busca pelo crescimento, pela maturidade (MEIER; GARCIA, 2011).

Com todo esse conhecimento em torno da mediação, Feuerstein desenvolveu a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE), que considera que um indivíduo não deixa de aprender por não ter vontade ou potencial, mas sim pela ausência da EAM em momentos cruciais de seu desenvolvimento. Considera que a mediação humana dá sentido e significado ao objeto e potencializa a capacidade do indivíduo modificar-se pela experiência, ou seja, é constitutiva da inteligência. Numa perspectiva sociocultural que defende que "[...] o desenvolvimento humano do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro: outras pessoas do grupo cultural indicam, delimitam e atribuem significados à realidade" (VYGOTSKY, 1984).

Por isso, a interação entre o sujeito aprendiz e o objeto de conhecimento se dá por meio de outro sujeito, o mediador, que emprega determinados critérios de interação que contribuem para a constituição daquele como sujeito pensante, conforme Pisacco (2006).

Outra abordagem que fornece subsídios ao Proa é Teoria de Vínculo, de Henrique Pichon-Rivière (2002), em especial, no que se refere à aprendizagem em interlocução como vínculos, papéis e grupos operativos. Para o autor, o sujeito é visto como um resultante dinâmico do interjogo estabelecido entre o sujeito e os objetos, e sua interação dialética por meio de uma estrutura dinâmica denominada vínculo, que é estabelecido pela totalidade da pessoa, em constante processo de evolução. O vínculo é definido como uma “[...]estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto, e sua mútua interpelação com processos de comunicação e aprendizagem” (PICHON-RIVIÉRE, 2002).

O autor concebe o vínculo como uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que engloba tanto o sujeito como o objeto. O vínculo se expressa em dois campos psicológicos: interno e externo. É o interno que condiciona muito dos aspectos externos e visíveis da conduta do sujeito. O processo de aprendizagem da realidade externa é determinado pelos aspectos ou características obtidas da realidade interna, a qual se dá entre o sujeito e seus objetos internos (BARROS et al., 2007).

Na obra de Pichon-Rivière, os conceitos de papel e de vínculo se entrecruzam. Para ele, as nossas relações com os outros estão fundamentadas na assunção e atribuição de papéis, sendo estes, atitudes assumidas consciente ou inconscientemente em um dado contexto social. O papel se inclui na situação do vínculo, que pode aparecer em uma determinada situação e em cada pessoa de modo particular. Todas as associações dentro de um grupo de pessoas são definidas pelo comportamento e funções do indivíduo, que necessitam de ações condizentes com o modo de vida e pertencimento do grupo. Dessa forma, cada membro do grupo (seja família, escola, turma, terapêutico, membros de um projeto e seu público-alvo) tem um papel a desempenhar, e cada ação, comunicação, pensamento e sentimento tem um impacto no funcionamento do grupo.

Considera-se o suporte teórico metodológico descrito da seguinte forma no projeto: enquanto a Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano fornece um modelo de análise e compreensão dos fatores riscos e de superação da situação de vulnerabilidade, considerando de forma dialética o contexto, a pessoa, o processo e o tempo, as bases da EAM/MCE e a Teoria dos Vínculos contribuem para a elaboração e análise das estratégias psicopedagógicas e práticas restaurativas de avaliação e intervenção com as crianças e

adolescentes encaminhados ao Proa, considerando a mediação da aprendizagem e a constituição de vínculos do sujeito e no funcionamento do grupo.

2.2.1 Organização das estratégias de atendimento ao público-alvo do Proa

As atividades exercidas no projeto são iniciadas com o encaminhamento de processos ou solicitação de apoio ao CEJUSC/Ponta Grossa, por diferentes demandas: encaminhamento para cumprimento de medida socioeducativa, para adolescentes que cometera atos infracionais; diversas situações que demanda medidas protetivas por negação de direitos ou negligência (familiar, escolar, governamental etc.) de crianças e adolescentes que estão em contexto familiar em situação de vulnerabilidade social; estão em situação de abrigo ou em atendimento para dependência química em comunidades terapêuticas. O CEJUSC analisa quais as situações que têm afinidade com o propósito e realiza o agendamento em uma agenda compartilhada com o Proa, que são atendidos no Laboratório Lúdico Pedagógico (Lalupe/UEPG).

No decorrer do desenvolvimento de suas atividades, a equipe do Proa foi formada por uma professora/psicopedagoga coordenadora, cinco professores supervisores, profissionais do CEJUSC das áreas de Direito e Psicologia, extensionistas bolsistas e voluntários graduandos de Pedagogia, Letras, Matemática e Direito, recém graduados e profissionais de diferentes áreas.

Para que a proposta de intervenção seja efetiva e significativa para os sujeitos, o ponto de partida é o esclarecimento e avaliação psicopedagógica. O projeto prevê os seguintes encaminhamentos: as crianças os adolescentes são encaminhados pela Promotoria e/ou Vara de Infância e Adolescência e CEJUSC para o PROA; realiza-se uma entrevista com os sujeitos e seus familiares para exposição da proposta de participação voluntária no projeto como uma alternativa de medida executiva ou preventiva; em caso de aceite, inicia-se o processo de avaliação psicopedagógica e desenvolve-se uma proposta de intervenção, individualizada ou coletiva, de acordo com as necessidades do sujeito, no intuito de melhorar sua aprendizagem e propor alternativas de garantir o seu acesso e/ou permanência na educação escolar (PISACCO, 2016; 2018).

Na entrevista inicial com o responsável legal e o adolescente e/ou criança são esclarecidos o que Proa oportuniza ao mesmo, sendo, no mínimo, quatro meses de atendimento, do qual pode desistir a qualquer momento, o que será notificado ineditamente ao CEJUSC e outros órgãos envolvidos, via o sistema de processos PROJUDI, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Após adesão e compromisso à participação, o adolescente ou/e criança passam por uma avaliação psicopedagógica individual rápida, para analisar o desempenho das áreas: da leitura, escrita, matemática e outros aspectos cognitivos, afetivos e sociais que implicam para o baixo desempenho escolar. Entre os recursos podem ser utilizados: entrevistas com o sujeito, escola e outras instituições; observações, testes, jogos e outros instrumentos, de acordo com a especificidade da situação e do indivíduo. Os atendimentos ocorrem em encontros ocorrem semanalmente ou em duas vezes por semana, perante disponibilidade do adolescente ou criança e de seu responsável, nos quais são propostas atividades pedagógicas e psicopedagógicas planejadas perante o resultado das avaliações.

Um ou dois extensionistas acompanham a entrevista e analisaram a metodologia das avaliações realizadas pela coordenadora/psicopedagoga ou outro especialista, sendo que os instrumentos que podem ser aplicados sem exigência de formação específica, após treino, também são aplicados por eles. Durante e após o processo de avaliação, levando em consideração os instrumentos específicos para a avaliação das dificuldades de aprendizagem, e a análise das demandas são selecionadas e/ou elaboradas as estratégias de intervenções alicerçadas pelos resultados e em conjunto com o coordenador ou supervisores.

Os atendimentos podem ocorrer de forma individualizada ou em pequenos grupos. Os materiais utilizados fazem parte do acervo do Lалуpe, que conta com uma ampla diversidade de recursos lúdicos e pedagógicos como: jogos, brinquedos, livros de literatura infanto-juvenil, fantasias, materiais pedagógicos e materiais escolares, recursos construídos e adaptados para o trabalho com sujeitos com deficiências ou outras necessidades específicas; computadores; tela ampla *touch screen*, entre outros.

Os informes pedagógicos e psicopedagógico das avaliações e resultados dos processos interventivos, assim como outras demandas de encaminhamentos, são registrados nos processos via PROJUDI.

Muitos sujeitos atendidos e/ou seus familiares solicitam continuar os atendimentos no projeto após o período dos quatro meses previsto ou do cumprimento da medida socioeducativa, solicitações que foram sempre atendidas.

O trabalho com as crianças e adolescentes também contribui para formação dos acadêmicos, em seu processo formativo, na qual atende as subjetividades de sua formação inicial e as necessidades dos adolescentes em questão.

2.3 RESULTADOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROA

O Projeto Psicopedagógico Pró – Aprendizagem, tendo como temática principal a área da educação inclusiva alicerçada na psicopedagogia, justiça restaurativa, políticas públicas e direitos humanos, ocorreu em duas edições, de 2016 a 2018, de 2018 a 2020, sendo que a segunda edição foi contemplada por financiamento do Fundo Paraná, via Programa Universidade Sem Fronteiras/SETI-PR. Durante o período de 2020 a março de 2022, as atividades de atendimento aos adolescentes foram interrompidas, devido ao período pandêmico, e a terceira edição do projeto foi proposta com retorno a partir de maio do presente ano.

Durante a 1ª Edição o projeto desenvolveu várias ações extensionistas: projeto com adolescentes, grupo de estudos, mesa redonda - “Educação e Justiça Restaurativa “e atendimento a comunidade geral, que a partir da ampliação de suas atividades contribuiu para a proposição do PEP-Proa: Programa de Extensão e Pesquisa em Processo de Aprendizagem, em 2018, do qual o projeto Proa passou a fazer parte.

O projeto com adolescentes, como destacado anteriormente, se constituiu a partir de dois propósitos: propiciar a crianças e adolescentes a melhoria da aprendizagem em situação de vulnerabilidade social e realizaram um ato infracional e, também, contribuir na formação profissional, humana e social de profissionais da educação na perspectiva da educação

inclusiva, garantia de direitos à educação e inclusão social viabilizando propostas que articulam ensino, pesquisa e extensão (PISACCO,2018). De acordo com os registros de atendimentos em arquivos do Proa, agosto de 2016 a dezembro de 2019, foram encaminhados e atendidos 106 sujeitos, entre crianças e adolescentes que passaram por avaliação ou avaliação e intervenção pedagógica ou psicopedagógica.

No que se diz a respeito ao Grupo de Estudos, foram realizados encontros mensais abordando as temáticas específicas às necessidades oriundas dos adolescentes no PROA e de interesses comuns entre os participantes (PISACCO,2018). Tendo como intuito auxiliar os acadêmicos participantes a terem uma relação com a pesquisa, com a leitura e sobre os procedimentos da produção científica. Os estudos enfocaram conhecimentos sobre a inclusão educacional e social, dificuldades de aprendizagem, avaliação psicopedagógica e mediação da aprendizagem. O grupo de estudos auxilia os acadêmicos das licenciaturas que dele participam a terem o contato com a pesquisa, de modo que amplia seus conhecimentos da literatura atual e sobre o processo de produção científica e seus caminhos (PISACCO,2018).

QUADRO 2 - Participantes do Grupo de Estudos do Proa

Participantes	Formação
8	Acadêmicos de Licenciatura em Pedagogia
5	Acadêmicos Licenciatura em Letras
1	Bacharel em Direito - Pós-Graduação/ Especialização
1	Bacharel em Psicologia – Mestrando em Ensino
1	Bacharel em Psicologia – Doutoranda em Ciências Sociais
2	Licenciado em Pedagogia - Doutorado em educação
1	Licenciado em Letras
2	Licenciatura Pedagogia – Cursando Especialização
1	Licenciado em Pedagogia – Mestrando em Ensino

Fonte: Dados nos registros do Proa(2022).

O grupo de estudos do projeto deu origem ao GEP-Proa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Aprendizagem, com registro no Diretório

dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Outras atividades extensionista propostas foram a realização de dois eventos. A “Mesa redonda - Educação e Justiça Restaurativa”, evento desenvolvido pelo PROA em parceria com o LALUPE/UEPG, o CEJUSC/PG, o Departamento de Educação e o Colegiado de Licenciatura em Pedagogia, articulado à disciplina de Educação Inclusiva deste curso. (PISACCO,2018). Destinado e organizado por graduandos do curso de Pedagogia e Letras, “o evento superou as expectativas atingindo um público superior a 200 pessoas, sendo acadêmicos de diferentes cursos e comunidade”. (PISACCO,2018). De acordo com as avaliações dos participantes, o evento atingiu seus objetivos. Ao abordar a relação entre educação e justiça restaurativa, permite uma visão mais ampla do sujeito, enxergá-lo como um sujeito a quem é negado o direito à educação, e conclama os educadores e a sociedade olhar além das violações. (SCHUHLI; MARTINS; PISACCO, 2017).

O evento “Aprender e compartilhar: a articulação de conhecimentos da educação inclusiva no Curso de Pedagogia”, no qual teve como objetivo fazer a junção da teoria estudada na disciplina de Educação Inclusiva e a prática, foi organizado pela equipe do Proa e pelas alunas do 4º ano do curso de Licenciatura em Pedagogia, com o “desenvolvendo oficinas destinadas aos demais alunos do curso e comunidade em geral. Obtendo como resultado a realização de 14 oficinas que totalizaram 322 participações” (PISACCO,2018). Com isso, ocorreu da seguinte forma:

1. Durante o primeiro semestre, os acadêmicos construíram conhecimentos sobre educação inclusiva.
2. Discussão com as turmas sobre propor um projeto a ser desenvolvido na disciplina.
3. Divisão das acadêmicas do quarto ano em seis grupos, por sorteio. Cada grupo ficou responsável pela elaboração e realização de oficina sobre uma especificidade do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva [...] destinado aos acadêmicos do segundo e terceiro ano do curso e ao público em geral.
4. Convite à participação e apresentação da proposta às professoras de Fundamentos Teóricos da Educação Infantil e Alfabetização e Letramento, Fundamentos Teóricos Metodológicos da Língua Portuguesa e Fundamentos Teóricos Metodológicos da Matemática. Após aceite, deu-se continuidade à organização.
5. Realização das oficinas: 1ª etapa: dia 11 de agosto: seis oficinas destinadas a alunos dos segundos e terceiros anos do

curso e para o público em geral, com duração de 4 horas; 2ª etapa: nos meses de agosto, setembro e outubro: doze oficinas destinadas às alunas dos quartos anos sobre os temas não abordado pelo seu grupo, com duração de 2 horas. (PISACCO,2018)

Sendo assim, o roteiro desenvolvido em todas as oficinas contemplou: a caracterização, sobre o impacto da aprendizagem escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino básico, experiência e criação de materiais na área de matemática e linguagem (PISACCO,2018), cujas temáticas são apresentadas no Quadro 4.

QUADRO 4 – Temáticas abordadas no evento Aprender e Compartilhar

Datas	Oficinas
11/10/2018 e 17/10/2018	DEFICIÊNCIA FÍSICA/ NEUROMOTORA.
11/10/2018 e 24/10/2018	TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA
26/09/2018 e 11/10/2018	DEFICIÊNCIA VISUAL
11/10/2018 e 31/10/2018	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
11/10/2018 e 24/10/2018	DEFICIÊNCIA AUDITIVA
19/09/2018 e 11/10/2018	ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO

Fonte: Dados obtidos no relatório do Projeto Proa PROEX/UEPG (2022).

Durante a realização das oficinas foram cumpridos os objetivos, nas quais são: caracterização de alunos que fazem parte da educação especial visando assim a educação inclusiva abordando as práticas pedagógicas; oportunizar a articulação da educação inclusiva com as disciplinas disponibilizadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia; organizar e aplicar oficinas relacionadas às temáticas já apresentadas; e argumentar sobre os conhecimentos abordados nas disciplinas de Educação Inclusiva, Fundamentos Teóricos da Educação Infantil, Alfabetização e Letramento, Fundamentos Teóricos Metodológicos da Língua Portuguesa e Fundamentos Teóricos Metodológicos da Matemática (PISACCO,2018). Sendo assim, foram desenvolvidos 12 oficinas com respostas positivas, obtido pela observação dos participantes, do relatório, com o preenchimento do formulário de avaliação pelos mesmo (PISACCO,2018).

Os resultados dessas ações e os estudos realizados originaram diversas produções, que são apresentadas no Quadro 3:

QUADRO 3 – Produções desencadeadas a partir dos estudos e resultados do Proa

(continua)

ANO	PRODUÇÃO
2016	NEVES et al. A escolaridade de adolescentes autores de atos infracionais na comarca de ponta grossa. In: 25º EAIC - ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 19 a 21 de outubro de 2016, Ponta Grossa. Anais do XXV EAIC . Ponta Grossa: UEPG, 2016. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
2017	<p>PISACCO et al. PROA: na direção da garantia do direito à aprendizagem. In: VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, JUBRA. Fortaleza. Anais do VII JUBRA. Fortaleza, 2017. p. 490. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento internacional)</p> <p>HARTMANN; PISACCO. A escolaridade de adolescentes em conflito com a lei. In: Anais do IX Ciclo de Estudos em Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem. Campinas, Galoá, 2017. UEPG, 2017. v. 1. (trabalho completo em evento internacional)</p> <p>CUNHA et al. PROA- Uma alternativa para medida socioeducativa de adolescentes. In: ANAIS DO IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem. Campinas, Galoá, 2017. (trabalho completo e apresentação de trabalho em evento internacional)</p> <p>SCHUHLLI; PISACCO. Desempenho Ortográfico de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no projeto PROA. In: ANAIS DO IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem. Campinas, Galoá, 2017. (trabalho completo e apresentação de trabalho em evento internacional)</p> <p>PISACCO. Processos cognitivos de escrita: intervenção com o modelo srds na produção de textos de estudantes com dificuldades de aprendizagem. In: ANAIS DO IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem. Campinas, Galoá, 2017. (trabalho completo e apresentação de trabalho em evento internacional)</p> <p>SOISTAK et al. Grupo de Estudos Pró-aprendizagem - PROA. In: 15º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão. ANAIS DO 15º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2017. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)</p> <p>SCHUHLLI; PISACCO. Educação e justiça restaurativa: estratégias promotoras de inclusão de estudantes em Ponta Grossa. In: 15º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão. Ponta Grossa. ANAIS DO 15º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2017. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)</p> <p>NEVES et al. Projeto de extensão PROA e suas contribuições para a formação de professores. In: 15º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão. ANAIS DO 15º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2017. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)</p>

Fonte: Dados obtidos no relatório do Projeto Proa para a Pro Reitoria de Assuntos de Extensão/UEPG (2022).

QUADRO 3 – Produções desencadeadas a partir dos estudos e resultados do Proa

(continuação)

ANO	PRODUÇÃO
2018	CUNHA et al. A extensão na formação inicial de professores: contribuições do Projeto PROA. In: 16º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 2018, Ponta Grossa. Anais do 16º CONEX , 2018. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	PISACCO. PROA: a extensão na promoção do direito à aprendizagem de adolescentes em vulnerabilidade social. In: 16º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 2018, Ponta Grossa. Anais do 16º CONEX , 2018. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	BACH et al. A utilização de jogos na intervenção pedagógica de adolescentes em medidas socioeducativas. In: 16º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 2018, Ponta Grossa. Anais do 16º CONEX , 2018. p. 1-6.
	SERBER et al. O desempenho matemático de adolescentes em medidas socioeducativas. In: III Encontro Estadual de Educação Social e I EDUSO RS . 21 de julho de 2018. Novo Hamburgo: UFRGS; FEEVALE, 2018. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
	CUNHA et al. PROA: uma proposta que articula extensão universitária, socioeducação e educação social. In: III Encontro Estadual de Educação Social e I EDUSO RS . 21 de julho de 2018. Novo Hamburgo: UFRGS; FEEVALE, 2018. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
	PISACCO; FERREIRA. Interlocução da psicopedagogia com a justiça restaurativa em demandas socioeducativas. In: IV EDUSO/PARANÁ e I encontro de formação docente para educação escolar indígena. XXVI SEPED. I SICET . Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, 2018. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
	BACH et al. O uso da ludicidade em medidas socioeducativas como estratégia para superar dificuldades de aprendizagem. In: IV EDUSO/PARANÁ e I encontro de formação docente para educação escolar indígena. XXVI SEPED. I SICET . Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, 2018. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
	NEVES et al. A escolaridade de adolescentes em conflito com a lei. In: IV EDUSO/PARANÁ e I encontro de formação docente para educação escolar indígena. XXVI SEPED. I SICET . Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, 2018. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
	CUNHA et al. PROA: uma proposta norteada pela educação social, justiça restaurativa e psicopedagogia. In: IV EDUSO/PARANÁ e I encontro de formação docente para educação escolar indígena. XXVI SEPED. I SICET . Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, 2018. (resumo e apresentação de trabalho em evento regional)
	PISACCO et al. Projeto PROA: Pró-aprendizagem de crianças e adolescentes em situação de risco. In: I Fórum de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Direitos Humanos . Ponta Grossa: Faculdade Secal, CEJUSC-PG e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, 08 de agosto de 2018. (oficina ministrada)

Fonte: Dados obtidos no relatório do Projeto Proa para a Pro Reitoria de Assuntos de Extensão/UEPG (2022).

QUADRO 3 – Produções desencadeadas a partir dos estudos e resultados do Proa

(continuação)

ANO	PRODUÇÃO
2019	EVANGELISTA et al. Elos da cultura na formação de vínculos de aprendizagem: um estudo de caso. In: Anais eletrônicos do III CIEL . Ponta Grossa: UEPG, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2019. v. 10. p. 754-776. (trabalho completo em evento internacional)
	CUNHA et al. A mediação da aprendizagem com jogos de regras nos processos de aprendizagem da linguagem. In: Anais eletrônicos do III CIEL . Ponta Grossa: UEPG, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2019. v. 10. p. 69-81. (trabalho completo em evento internacional)
	CAMARGO et. A escuta das narrativas de adolescentes em situação de vulnerabilidade social: contribuições para a construção de vínculos de aprendizagem. In: II CIEL (Congresso Internacional de Estudos em Linguagem) . Ponta Grossa: UEPG 2019. (resumo e trabalho publicado em evento internacional)
	MULLER et al. A escuta dos sujeitos como estratégia no atendimento no projeto PROA. In: Anais 17º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG 2º EAEX - Encontro Anual de Extensão Universitária . Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	PISACCO et al. Programa de Extensão e Pesquisa em Processos de Aprendizagem: resultados do período 2018/2019. In: Anais 17º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG 2º EAEX - Encontro Anual de Extensão Universitária. Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	CAMARGO et al. Projeto Proa no Contexto da Universidade Sem Fronteiras. In: Anais II EAEX 17º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	CUNHA et al. A interlocução pesquisa/extensão na busca de atender a demanda social de enfrentar o baixo desempenho escolar. In: Anais II EAEX 17º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-2. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	LIMA et al. PROA: contribuição para finalização do ensino fundamental. In: Anais II EAEX 17º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	EVANGELISTA et al. Grupo de estudos sobre processos de aprendizagem: resultados do período 2018/2019. In: Anais II EAEX 17º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	NEVES et al. Oficinas sobre educação inclusiva: uma proposta de articulação ensino/extensão no curso de Pedagogia. In: Anais II EAEX 17º CONEX. Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)

Fonte: Dados obtidos no relatório do Projeto Proa para a Pro Reitoria de Assuntos de Extensão/UEPG (2022).

QUADRO 3 – Produções desencadeadas a partir dos estudos e resultados do Proa

(conclusão)

ANO	PRODUÇÃO
2019	MULLER et al. A escuta dos sujeitos como estratégia no atendimento no projeto proa. In: Anais II EAEX 17º CONEX . Ponta Grossa: UEPG, 2019. p. 1-6. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	LIMA et al. PROA: ações destinadas à comunidade e sua contribuição na formação dos acadêmicos. In: XXVI Semana da Educação / II Semana Acadêmica da Pedagogia EaD . 21 a 23 de agosto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	PISACCO. PROA: Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem. 2º EAEX - Encontro Anual de Extensão Universitária (exposição)
2020	EVANGELISTA et al. A construção de jogos com adolescentes em medida socioeducativa: um relato de experiência. In: Anais do 18º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG 3º EAEX - Encontro Anual de Extensão Universitária , Ponta Grossa, UEPG: 2020. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	GIESE et al. DEBATE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PARANÁ. In: Anais do 18º CONEX e 3º EAEX . Ponta Grossa, UEPG: 2020. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	FERREIRA et al. Discussões sobre a justiça restaurativa no contexto do COVID-19. In: Anais do 18º CONEX e 3º EAEX . Ponta Grossa, UEPG: 2020. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
2021	PISACCO; FOLTRAN; FOLTRAN JR. PEP-PROA: Programa de Extensão E Pesquisa em Processos de Aprendizagem . In: Schimanski; Nadal; Scheffer. (Org.). UEPG: Cinco décadas de extensão. 1ªed.Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2021, v. , p. 69-87. (capítulo de livro)
	GODOI; PISACCO. O menino que desbravava mundos: um e-book para abordar a diversidade cultural para crianças. In: Anais do 19º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG 4º EAEX . Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. v. 6. p. 1. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	GIESE; PISACCO. Interlocução entre justiça restaurativa e medidas socioeducativas'. In: Anais do 19º CONEX e 4º EAEX . Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. v. 6. p. 1. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	GODOI et al. Construção do acervo digital: catalogação de materiais lúdicos para a inclusão escolar de alunos com deficiências. In: Anais do 19º CONEX e 4º EAEX . Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. v. 6. p. 1. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)
	CORDEIRO; PISACCO. As contribuições do pep-proa na formação inicial, avançada e continuada dos facilitadores em justiça restaurativa. Anais do 19º CONEX e 4º EAEX . Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. v. 6. p. 1. (resumo expandido e apresentação de trabalho em evento nacional)

Fonte: Dados obtidos no relatório do Projeto Proa para a Pro Reitoria de Assuntos de Extensão/UEPG (2022).

Observa-se que o maior volume de produção foi em 2018 e 2019, período em que o projeto contou com financiamento e conseguiu manter um quadro regular de extensionistas.

O volume de publicações demonstra a grande contribuição do projeto de extensão e de seus resultados. No próximo capítulo, investiga-se como os acadêmicos extensionistas percebem a construção de conhecimentos a partir da sua participação no Proa.

3 CONTRIBUIÇÕES DO PROA NA FORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL NA CONTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PELOS EXTNCIONISTAS: O PERCURSO DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Assim, alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo, os projetos de extensão baseados na concepção acadêmica objetivam relacionar os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social. (JENIZE, 2004).

Neste capítulo, apresenta-se a pesquisa que teve como objetivo analisar o impacto das atividades desenvolvidas no Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (Proa) na formação dos acadêmicos dos extensionistas.

O decorrer a participação da autora desse trabalho com extensionista do Proa, durante todo o curso de Pedagogia proporcionou observar importância da participação de acadêmicos em projetos de extensão para a formação profissional e pessoal. A construção de vínculos de aprendizagem de adolescentes em situação de risco a partir de sua identidade cultural, por meio de das narrativas trazidas pelos extensionistas do Proa, despertou para a realização da pesquisa apresentada.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório desenvolvida para o trabalho final de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Ponta Grossa, no ano Letivo de 2021. As pesquisas exploratórias na perspectiva de objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo, explicitá-lo melhor, muitas vezes, contribuem para aprimorar as ideias e hipóteses (GIL,2002). Ter como premissa com um planejamento rígido, a maioria dessas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado e/ou análise de exemplos.

Como procedimentos, para coleta de dados foi realizada revisão da literatura relacionada a extensão universitária e aos fundamentos teóricos do projeto em questão; para coleta de dados foi realizada: a análise documental de projetos e relatórios protocolados na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Cultural (PROEX/UEPG) solicitação de informações junto a Chefia da Divisão de Projetos e Programas da PROX/UEPG e aplicação de um questionário

semiestruturadas via plataforma Google Forms a acadêmicos extensionistas que participaram do Proa.

Buscou-se utilizar estratégias de pesquisa que fossem coerentes com a proposta metodológica do projeto de extensão que é objeto de estudo. Desta forma, com a elucidação de suas respostas às entrevistas na apresentação dos resultados, deu-se voz aos extensionistas participantes, considerando-os sujeitos do processo. Para preservar o anonimato dos sujeitos, na análise dos resultados eles serão identificados como a letra 'E', referindo-se a extensionista, e seguida de números de 1 a 10.

Foram encaminhados a 17 acadêmicos extensionistas do projeto uma entrevista semiestruturadas com o total de seis questões dissertativas (APÊNDICE 1), sendo que 10 participaram respondendo ao que foi solicitado sendo sete oriundos do curso de Licenciatura em Pedagogia, três do curso de Licenciatura em Letras e Bacharel em Direito. Todos os participantes receberam o Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (APÊNDICE 2), no qual apresenta os objetivos da pesquisa, os diretos e sobre a sua participação de forma voluntária.

3.1 COM A PALAVRA OS EXTENSIONISTAS DO PROA: ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dentre os sujeitos participantes da pesquisa identificaram-se monitores (4), extensionistas bolsistas (4), extensionistas voluntários (4) e pedagogas (2), sendo que alguns atuaram em mais de uma função na equipe executora do Proa. Quando questionados quanto suas funções e a que motivou à participação, destacam-se as seguintes respostas:

Eu entrei no proa no meu segundo ano de graduação porque tinha um carinho muito grande pela área da educação especial, e meu curso não oferecia nada nesse sentido. Eu fui estagiária voluntária, trabalhava com os alunos a área de língua portuguesa e alfabetização. [...] Foi por meio da professora [...], que comentou sobre o projeto na sua disciplina de psicologia da educação, que surgiu o interesse imediato em participar. (E.2)

Era monitora do PROA, participava do projeto duas vezes por semana, atendendo os alunos, participando dos eventos. Decidi participar do projeto pois tinha amigas que participavam e me explicaram sobre o projeto e me incentivaram a participar também(E.3)

Atendia alguns adolescentes e crianças com dificuldade de aprendizagem, que viviam em vulnerabilidade. Conheci o projeto Proa, por meio do projeto Lalupe.(E4)

Eu quis participar do proa para poder ter essa vivência do trabalho com alunos em vulnerabilidade, com dificuldades de aprendizagem. (E.6)

Confesso que participei do proa inicialmente pois buscava alguma oportunidade na faculdade, mas após entrar permaneci por reconhecer o trabalho maravilhoso que era executado. (E.9)

Decidi participar do Proa quando fui apresentada ao projeto pelo projeto Lalupe, no início da minha graduação em pedagogia. Participei do projeto como monitoria durante alguns meses, e após como extensionista bolsista. (E.10)

É uma relação de amor e muito aprendizado, e a professora orientadora um exemplo de dedicação e comprometimento, eu era extensionista voluntária. Vi o PROA ser desenvolvido e pensado desde o papel, é programa do qual tenho orgulho e muito carinho por toda a formação oportunizada. (E. 8)

Essas respostas demonstram que entre as motivações que levaram a participação no projeto estão: a busca de conhecimentos não contemplados no curso de graduação, o incentivo e divulgação de colegas e professores, a indicação de outro projeto, a identificação com a temática e a busca de oportunidade de obtenção de bolsa. Além das motivações pessoais, nota-se que os meios de obtenção de informação sobre o projeto foram casuais e por pessoas próximas, mas não por meios de divulgação do próprio projeto e nem da UEPG. Percebe-se, então a necessidade de ampliar os meios de divulgação dos projetos e programas de extensão junto à comunidade universitária, o que também é verdadeiro para a comunidade externa.

Na análise qualitativa das respostas à entrevista, identificaram-se as seguintes categorias de contribuições do Proa para a construção de conhecimentos, que são apresentadas em tópicos, exemplificados com as narrativas dos extensionistas.

- Crescimento pessoal, acadêmico e profissional:

Tive um crescimento muito grande tanto na área acadêmica e profissional quanto na área humana [...] (E. 1)

Participar do projeto Proa foi uma experiência muito rica, pois ele me possibilitou inúmeros aprendizados, dos quais envolvem não somente a formação acadêmica e profissional, mais principalmente a humana e pessoal. [...] Muito boa, escrevi alguns artigos, participei de eventos, tinha orgulho em divulgar o projeto, aprendi muito a escrever durante esse período, desenvolvi a oralidade. (E.3)

O proa trouxe muitas experiências importantíssimas para minha formação profissional e também humana. (E.5)

Foi muito especial, aprendi muito, e ganhei experiências que levaria para a vida. O PROA me marcou, e fez total diferença na minha formação acadêmica. Toda a equipe do PROA também fez a diferença no dia a dia! (E.6)

O PROA durante minha formação acadêmica foi um divisor, trouxe transformação pessoal e profissional. [...] Minha vivência no PROA foi espetacularmente maravilhosa. Todos me receberam com muito carinho. Sem contar a vivência com as crianças, momentos inesquecíveis. E ver a professora [...] O projeto PROA é uma das sementinhas que todos os anos são plantadas e germinam lindamente. Precisamos de mais projetos como estes para uma educação melhor. Se todos os graduandos em licenciatura tivessem a oportunidade de participar deste projeto teriam uma visão muito inovadora e gratificante pra trabalhar com os alunos. (E.7)

Uma vivência rica em aprendizado e descobertas que mudou minha maneira de pensar, mudou minhas atitudes profissionais. Sou pessoa muito melhor e maior. [...] O PROA abriu todas as portas da faculdade para mim, e as portas da minha mente. Eu aprendi a ser acadêmica, a realizar pesquisa, a trabalhar e cumprir horário, mas também aprendi a ser humana, a entender a necessidade das pessoas, crianças e adolescentes. (E.8)

Não há palavras que possam descrever a importância deste projeto na minha formação, foram vivências incríveis e inúmeras. Foi muito aprendizado, tanto acadêmico como de vida. Uma troca de experiências com as crianças e adolescentes atendidos. (E.9)

Durante a minha graduação estive presente no Proa, e o projeto foi divisor de águas para saber o que eu realmente queria com a minha graduação, não quero somente ser uma professora tradicional que somente pensa no processo de ensino e aprendizagem, mas sim ser uma professora que pensa em um contexto total do meu aluno e como posso fazer para modificar a vida desse meu aluno, como várias vezes o Proa fez, mostrou que a criança e o adolescente também são capazes e que a capacidade de aprender. (E.10)

Eu escrevi trabalhos, participei de eventos apresentando o que aprendi, conheci pessoas novas, fiz uma rede de contatos, me formei como facilitadora, facilitei círculos, conheci pessoas que precisavam da minha ajuda e pude em certo grau proporcionar isso a elas. (E. 2)

- Complementaridade e aprofundamento de conteúdos abordados nos cursos de graduação:

O proa foi, sem dúvidas, o projeto mais importante da minha graduação. Como minha formação foi em letras, o projeto me permitiu acessar áreas do conhecimento que não são priorizadas no meu curso (mas deveriam ser). (E.1)

O Proa me possibilitou estabelecer relações com diversas disciplinas do meu curso, pois sempre que levantávamos discussões sobre o ensino, as conversas tendiam a considerar um possível "aluno ideal", então a vivência no proa me levava a questionar muito isso. Mas também não culpo meus professores, já que eles também muitas vezes foram direcionados a trabalhar com esse olhar mais limitado. (E.2)

Participar no projeto Proa me possibilitou além de colocar em prática o que estava aprendendo durante a minha graduação, aprender a tem um olhar de empatia sobre sujeitos em relação as suas singularidades e assim se tornando um profissional melhor. (E.10)

- Estabelecimento de relações com disciplinas do currículo dos cursos e entre teoria e prática:

As disciplinas que possibilitou fazer relação com o projeto: Psicologia da Educação, Alfabetização e Letramento, FTM de Língua Portuguesa, FTM de Matemática e educação Inclusiva. Muitas das matérias que aprendi teoricamente durante o curso consegui colocá-las em prática, entretanto senti muita falta de determinados assuntos que o currículo da graduação não contempla e só no projeto consegui vivencia-los. (E.10)

Metodologias, Português, Matemática, Geografia, História, Língua portuguesa; Psicologia, Processos de aprendizagem, Educação Inclusiva, sociologia, Psicologia da Adolescência. É um projeto que de fato aproxima a teoria da prática proporcionando a transdisciplinaridade necessária para a formação inicial dos professores. (E.1)

Com as disciplinas de Psicologia de educação, para compreender como ocorre o processo de ensino aprendizagem, de alfabetização e letramento e metodologia da matemática, pois muitos alunos mal sabiam ler e realizar as operações mais básicas (E.3)

Psicologia da educação e Educação em espaço não formais. O projeto proa proporcionou em muitos momentos do curso, uma relação teoria e prática. Nessas duas disciplinas em questão, as experiências do projeto fizeram toda diferença, pois pude me aproximar da realidade, e compreender melhor, muitos aspectos abordados na disciplina. (E.4)

Estabeleci relações com a disciplina de Educação inclusiva, como também permitiu fazer a relação teoria e prática. (E.5)

Psicologia da educação, alfabetização e letramento, ftm de português, ftm de matemática, educação em espaços não formais, educação inclusiva, direito educacional (E.6)

Em meu curso de Letras Português/espanhol, consegui colocar em pratica a estágio. (E.7)

A relação de teoria e prática juntas são incansáveis. (E.8)

O programa contribuiu com toda a minha formação em todas as áreas, sem dúvida aplicado totalmente a teoria na prática. (E.9)

Meu curso é direito, e eu trabalhei diretamente com os processos das crianças do projeto, tive contato direito com direito civil, direito constitucional e a justiça restaurativa como forma alternativa de composição de conflitos (E.9)

A relação teoria e prática também foi identificada como contribuição do Proa no estudo de Neves e colaboradores (2017), que foi citada por todas as acadêmicas daquela amostra, sendo ressaltada com um dos principais aspectos

no processo de formação inicial e continuada, cuja ausência é um dificultador à construção de uma boa prática pedagógica.

- Construção de conhecimentos de temas e estratégias não contemplados nos cursos de graduação:

Minha conexão com o PROA começou quando decidi que queria descobrir métodos e técnicas diferentes para trabalhar com os alunos na matéria de Português. No decorrer do curso de Letras, sentia muita falta de um bom método para melhor ensinar e poder trazer a atenção dos alunos para a aula. Realizei diversas atividades no projeto, como aula individualizada com as crianças. (E.7)

Foi de grande importância a participação no projeto PROA. Pois por meio dele aprendi a observar pontos e estudos que não tive na sala da graduação, ele me permitiu o contato com diversos materiais para trabalhar com alunos com deficiências, como também com problemas de aprendizagem, tive contato com instrumentos para análise de comportamentos hiperativos e assim utilizar destes conhecimentos em minha prática docente. (E.4)

Participar do PROA, foi um imenso aprendizado, acolher os adolescentes que eram encaminhados pela Vara da Justiça, utilizar de jogos, para trabalhar às suas dificuldades, aos poucos ir criando um vínculo com eles conhecendo sua história e motivando-os a estudar (E.2)

Pude verificar os testes que a professora aplicava para descobrir as dificuldades dos alunos, também pude aprender como trabalhar com eles. (E.5)

A importância de participar do projeto foi para descobrir e aperfeiçoar meu lado pedagógico, e também pela vontade de saber de mais atividades lúdicas e diferenciada em questão de ensino. (E.5)

O projeto PROA trouxe para mim uma perspectiva de ensino muito gratificante, pois com o programa consegui contato com diversas formas de ensinar e técnicas para trabalhar com as crianças. (E.6)

No momento não tenho mais relação com o proa, mas na época da minha participação eu realizava acompanhamento processual e fazia facilitação de círculos restaurativos. (E.9)

- Conhecimento da realidade e inserção social.

Por meio do projeto, passei a enxergar outras realidades, e com toda certeza, posso dizer que amadureci. (E.3)

[...] o projeto abriu meus olhos para realidades que pareciam ser muito distantes da minha, mas na verdade não são, pois são as realidades dos alunos que frequentam as escolas regulares e, em meio a tantos outros estudantes, costumamos não dar atenção às suas necessidades individuais. [...] Minha experiência foi marcante, pois tinha casos que passavam pelo proa que eu achava bem pesado, mas como sabemos, lá na escola também vamos vivenciar isso, e precisaremos estar bem preparadas para poder auxiliar essas crianças e adolescentes da melhor forma possível. (E. 1)

Nos dias atuais não atuo mais junto ao PROA, mas durante minha participação era monitora e fazia parte dos atendimentos que eram realizados junto com alunos de diferentes colégios que possuíam dificuldades, como também com meninos e meninas que faziam parte de abrigos e cumpriam medidas socioeducativas. [...] Gostava muito e tentava absorver muita coisa também, usava o espaço para aprofundar meus estudos e principalmente para compartilhar das experiências com os meninos e meninas que participavam, este projeto foi um dos motivadores para o meu engajamento e gosto para trabalhar com alunos e alunas, que muitas vezes, não se alfabetizavam por terem dificuldades de aprendizagem ou algum outro problema que ainda não havia sido diagnosticado. (E.5)

Minha participação no proa foi muito impactante por vários motivos, mas principalmente pela diversidade de histórias que eu conheci. Na época, quando nós nos reuníamos para falar sobre os alunos, muitas vezes era difícil segurar o choro e a revolta por tantas situações complicadas que aqueles estudantes vivenciavam. Mas, mesmo assim, o projeto conseguia ser muito leve, pois a professora [...] nos ensinou a lidar com aquilo da melhor forma. O ambiente era muito acolhedor para nós estagiárias também, não só para as crianças e adolescentes. Eu pude fazer amizades, me divertir e aprender muito durante o período que participei do projeto. Acredito que muitos profissionais docentes seriam melhores (na profissão e na vida) se também tivessem tido a oportunidade dessa experiência maravilhosa que eu tive no proa. (E.4)

Durante a minha trajetória consegui observar o quão é importante a criança e adolescentes se sentirem pertencentes de seu processo de aprendizagem e como é importante para eles terem alguém disposto a mostrarem a eles que eles também conseguiam aprender talvez não da maneira mais convencional mas que eles tem essa capacidade, pois muitos já não estavam mais presentes na escola. [...] Durante as realizações das intervenções consegui observar que a formação de vínculo era inevitável entre extensionista e crianças e adolescentes pois cada vez mais estava presente na vida escolar e na vida pessoal dos mesmos pois muitos eram negligenciados não só pela escola. (E.10)

A extensão universitária pode ser vista como um eixo de reflexão, remete o extensionista a uma relação e observação de realidades diferentes e, também, a imergir em convivências sociais totalmente distintas do que está habituado, ampliando e/ou mudando completamente sua visão de mundo. Oportunizando construir uma visão mais crítica daquilo que o rodeia, tanto em relação aos aspectos profissionais, quanto pessoais. Segundo Paulo Freire (1977, p.22 apud GADOTTI,2017, p 5),

[...] o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa', o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações.

A partir das respostas obtidas, observa-se a importância das ações extensionistas, que não são apenas meras atividades, vão muito além do atendimento à comunidade externa da universidade, elas se constituem como várias interfaces para a construção do conhecimento no processo de formação do indivíduo. Pensar em extensão universitária é ver o agir das três faces da universidade interligados: o ensino, a pesquisa e a extensão, por isso

[...] a universidade deve estar consciente da necessidade de não abrir mão de sua tripla função de produzir conhecimentos através da pesquisa, formar profissionais através do ensino e atuar de forma cidadã através da extensão, para colaborar efetivamente com a sociedade que a sustenta, ajudando a minorar a pobreza e a violência que degradam o mundo. (SLEUTJES, 1999 p.110)

A atividade de extensão é a solução para resolver a questão mais predominante nas universidades brasileiras: a relação da universidade com a comunidade, a formação acadêmica, profissional e pessoal. Há necessidade dos gestores das instituições e dos próprios professores universitários tomarem consciência disso e oportunizarem mais ações que permitam que acadêmico tenha ampliem as possibilidades de estarem presentes em ações extensionista, além de aprimorarem seus conhecimentos a partir delas e divulgarem cada vez mais essas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste trabalho, abordaram-se as práticas realizadas no Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (Proa) na Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando analisar sua contribuição à formação acadêmica, profissional e pessoal. Apresentaram-se alguns marcos históricos do surgimento das universidades e da extensão universitária no nosso país da extensão universitária na UEPG. Destacaram-se os principais fundamentos teóricos que o subsidiam, apresentaram-se sua metodologia, os resultados atingidos no desenvolvimento de suas ações e a análise do impacto das atividades desenvolvidas no Proa na formação dos acadêmicos dos extensionistas.

Para a coleta de dados, realizou-se levantamento em arquivos de registro do Proa, proposta de projetos e relatórios protocolados na PROEX, solicitação de informações junto à PROEX, análise das publicações oriundas do projeto e envio de uma entrevista aos extensionistas que atuaram no projeto. Entretanto, houve limitação na coleta de dados da entrevista, pois do total de 21 sujeitos que atuaram como extensionistas do Proa, mas não se obteve o contato de 4 e apenas 10, dentre os 17 a quem foram encaminhadas as entrevistas, deram devoluções, não permitindo análises estatísticas dado o pequeno número de sujeitos.

Como resultados, identificaram-se diversas contribuições da participação de graduandos em um projeto de extensão. Embora o estudo realizado apresente como limitações investigar apenas um projeto de extensão e com uma pequena amostra de participantes, possibilitou confirmar que a extensão universitária vem a ser uma interface para a formação acadêmica e para a construção do conhecimento, em especial:

[...] a atividade que, vinculada ao ensino e à pesquisa, disseminaria os conhecimentos gerados pela universidade, repassando-os à sociedade. Evidentemente, os conhecimentos ou técnicas a serem disseminados precisam representar uma diferença significativa na vida das pessoas ou de parte da sociedade para que haja interesse genuíno em sua transferência. (SLEUTJES, 1999 p.109)

A Extensão universitária,

busca, acima de tudo, o desenvolvimento de diálogos permanentes da universidade com os setores da sociedade. Falar de extensão pressupõe, sobremaneira, criar iniciativas que expressam compromisso

social e enfrentamento de problemas sociais com uma atuação direta e com fito no desenvolvimento humano e social (SCHIMANSKI,2021 p.10).

Em conclusão, o estudo constatou que as atividades extensionistas, como o projeto Proa, são mais do que atividades complementares à formação acadêmica, e estão na interface da construção do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem do acadêmico. Ações extensionistas como esta apresentam um grande potencial para a efetivação da curricularização da extensão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A; PADILHA, P. R. **Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

BARROS, M.A.; LABURÚ, C.E.; ROCHA, Z. Análise do vínculo entre grupo e professora numa aula de ciências do ensino fundamental. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 13, p. 235-251, 2007.

BRASIL, Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1902. **Institue a Universidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1902.

BRASIL, Decreto nº 6.283/34, 25 de janeiro de 1934. **Da universidade de São Paulo**. São Paulo: Palácio do Governo, 1934.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. **A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRUSEKE, F. J. Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2006, 69-80 pp.

CUNHA, K. P.P. da C; NEVES, V; PISACCO, N.M.T; **Proa- uma alternativa para medida socioeducativa de adolescentes**. Ponta Grossa: Congresso Internacional de Estudos da Linguagem, 2017.

CUNHA, L. A. C. R. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

EVANGELISTA, R.I; CUNHA, K. P; PISACCO, N. M. T;. **Elos da cultura na formação de vínculos de aprendizagem: um estudo de caso**. Ponta Grossa: Congresso Internacional de Estudos da Linguagem, 2019.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária** de 1968. Educar em Revista, nº 28, p. 17-36, 2006.

FREIBERGER, R.M; BABEL, A. V. B. **A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental**. Pelotas: Cadernos de Educação, p. 01, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1977.

Gil, A. C. **Como classificar as pesquisas?** In A. C. Gil (Org.), Como elaborar projetos de pesquisa São Paulo: Atlas, 4a ed, p. 41-57, 2002.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária**: Para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

JENIZE, E. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. 2004. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curricu-lares.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2022.

MARTINS, E. **Extensão como componente curricular**: oportunidade de formação integral e de solidariedade. Goiânia, Julho de 2008. Base de dados do Scielo. Disponível em: <https://cienciasecognicao.org/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MEDEIROS, M.M de. **A extensão universitária no Brasil**: Um percurso histórico. Dourados: Revista Barbaquá/UEMS, vol. 01, n. 01, p. 09-16, jan-jun 2017.

MEIER M; GARCIA S. **Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e Vygotsky**. 7ªed. Curitiba: Palotti, 2011.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S.H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: Koller SH, organizador. **Ecologia do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p. 51-65.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NEVE, C. E. B. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106.

NUNES, A.C.O. **Diálogos e práticas restaurativas nas escolas**: guia prático para educadores. Ministério Público do Estado de São Paulo: São Paulo, 2018.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, p. 31-42, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. ed. 7. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PISACCO, N. M. T. **PROA - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem**. Projeto de Extensão protocolado junto à Pró-Reitoria de Extensão a Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

PISACCO, N. M. T. **PROA - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem**. Projeto de Extensão protocolado junto à Pró-Reitoria de Extensão a Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

PISACCO, N.M.T. **A mediação em sala de aula sob a perspectiva de Feuerstein: uma pesquisa ação sobre a interação professor – aluno – objeto da aprendizagem**. Dissertação de Mestrado. 227 f. Ponta Grossa, Ponta Grossa: UEPG, 2006.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. **Estudos de Psicologia**. Vol.25, n.3, Campinas. 2008, p.405- 416.

SLEUTJES, M. H. S. C. **Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 3, p. 99 a 101, 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7639>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SOUZA, D. G. de; MIRANDA, J. C.; SOUZA, F. dos S.. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SOUZA, J. G. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares**. Revista de Educação, Campinas, nº 1, p. 42-58, 2012.

TELES, N. de S. **A mediação da aprendizagem segundo Reuven Feuerstein**. Disponível em: <http://rbeducacaobasica.com.br/a-mediacao-da-aprendizagem/> . Belo Horizonte, 2019, vol.4, n.14. Acesso em: 05 de fev. 2022.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 14, p. 61-88, 2000.

SHUHLI, M. A; PISACOO, N. M. T. **Desempenho ortográfico de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no projeto proa**. 2017.

SCHIMANSKI, E. (org.); NADAL, B. G. (org.); SCHEFFER, S. M. (org.). **UEPG: cinco décadas de extensão**. Ponta Grossa: Ed. UEPGPROEX, 2021

SCHIMANSKI, E. (org.); NADAL, B. G. (org.); SCHEFFER, S. M. (org.). **UEPG: cinco décadas de extensão**. Ponta Grossa: Ed. UEPGPROEX, 2021

UNIMONTES, V. **Ensino, pesquisa e extensão: uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica**. Vitória, Novembro de 2011. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:T1JefkUCcqUJ:scholar.google.com/+Ensino,+pesquisa+e+extens%C3%A3o:+Uma+an%C3%A1lise+d+as+atividades+desenvolvidas+no+GPAM+e+suas+contribui%C3%A7%C3%B5es+para+a+forma%C3%A7%C3%A3o+acad%C3%AAmica&hl=ptBR&as_sdt=0 ≥. Acesso em:18 fev. 2022.



Apêndice A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTAGROSSA

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIDO



Termo de consentimento de livre esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar de uma atividade da pesquisa “PROJETO PSICOPEDAGÓGICO PRÓ APRENDIZAGEM- INTERFACES DO CONHECIMENTO”, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa na Universidade Estadual de Ponta. Antes da sua adesão, faz-se necessário tomar conhecimento alguns aspectos relativos à pesquisa e à sua participação.

Qual o objetivo da pesquisa? Identificar as contribuições do Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem (Proa) para a formação dos extensionistas e a comunidade. Especificamente, descrever o histórico e os fundamentos teóricos metodológicos deste projeto extensionista e analisar suas contribuições aos participantes.

Como seria a participação no estudo? A participação é voluntária. O (a) participante se compromete em fornecer informações verdadeiras ou que expressem a sua real opinião, que serão obtidas por meio de aplicação de questionários via Google Forms.

Quais são os seus direitos? Os registros das atividades desenvolvidas serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados deste estudo só poderão ser usados para fins científicos, mas os participantes não serão identificados pelo nome. Poderá haver desistência da participação a qualquer momento e sem nenhum prejuízo ao participante. Não existe nenhum custo e não há nenhuma remuneração para os participantes.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, os senhores poderão entrar em contato com a Orientadora da pesquisa, Profa. Dra. Nelba Maria Teixeira Pisacco, pelo telefone (42) 3220-3338 ou pelo e-mails: projetoproa@gmail.com; nmtpisacco@uepg.br ou com a Acadêmica/Pesquisadora, Raissa Ianzén Evangelista, pelo telefone (42) 99844-7775 ou pelo e-mail raissaianzenevan@hotmail.com

Ao responder as questões deste questionário o participante está concordando com as condições estabelecidas neste termo.

Antecipadamente agradecemos pela sua colaboração.

Apêndice B

Nome:

Email:

1) Qual a importância da sua participação no projeto ou programa Proa? O que o Proa trouxe para você, na sua formação pessoal, acadêmica ou profissional?

2) Com quais disciplinas do seu curso de graduação e/ou áreas do conhecimento sua participação no Proa possibilitou estabelecer relações? Permitiu relacionar teoria e prática?

3) Com quais disciplinas do seu curso de graduação e/ou áreas do conhecimento sua participação no Proa possibilitou estabelecer relações? Permitiu relacionar teoria e prática?

4) Qual a conexão / relação que você tem com o PROA? (o que você já fez?/ qual sua função?/ o porquê decidiu participar do Proa ?)

5) Na sua trajetória no PROA, quais os impactos do projeto que você observou com relação às crianças e adolescentes, que contribuições trouxe para a comunidade atendida?

6) Como você pode descrever o estabelecimento de vínculos e da mediação da aprendizagem com as crianças e adolescentes no Proa?

Relate como foi sua vivência durante a participação como extensionista no PROA.